

ANA FLÁVIA BASTOS D' ASSUMPCÃO LIMA

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A DITADURA  
MILITAR DO BRASIL: A POLÍTICA  
EDUCACIONAL EM PAUTA (1961-1968)

MONOGRAFIA: CIÊNCIAS SOCIAIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
RIO DE JANEIRO

2011

ANA FLÁVIA BASTOS D' ASSUMPCÃO LIMA

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A DITADURA  
MILITAR DO BRASIL: A POLÍTICA  
EDUCACIONAL EM PAUTA (1961-1968)

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Ciências Sociais sob orientação da Professora Marieta de Moraes Ferreira.

RIO DE JANEIRO

2011

BANCA EXAMINADORA

---

---

À minha querida amiga Maria Luiza, com quem dividi as alegrias, as aventuras, as incertezas e as angústias durante os quatro anos de faculdade.

Agradeço a Deus por todas as oportunidades que me concedeu e aos meus pais pelo apoio incondicional ao longo desses anos.

Agradeço aos meus amigos da turma de 2008 por compartilharem os momentos mais deliciosos de nossa graduação, mas também por suportarem mesmo os momentos de estresse e mau-humor.

E ainda, agradeço aos professores Marieta de Moraes Ferreira e Carlos Eduardo Sarmiento, pelo eterno incentivo e por tantas vezes acreditarem mais em mim do que eu mesma.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a política educacional adotada durante o governo de João Goulart e os anos iniciais do período de Ditadura Militar, portanto, entre 1961 e 1968. Serão enfocadas as mudanças que ocorreram no ensino universitário do país e os reflexos que tais mudanças desencadearam na relação do Movimento Estudantil e os governos.

Este projeto busca tratar o Movimento Estudantil no contexto dos anos que precederam o golpe militar de 1964 e os anos subsequentes, tendo como foco suas formas de ações e mobilizações bem como as pautas e questões demandas por este no que tangia ao ensino superior no Brasil. Nossa hipótese é a de que à medida que a política educacional destes dois momentos – do início do governo de João Goulart, em 1961, até o fim deste bruscamente em 31 de março de 1964; a segunda fase a partir do golpe militar que depôs o presidente da República João Goulart, até a promulgação do AI-5, em outubro de 1968 – foi mudando, o comportamento estudantil e as bandeiras por ele levantadas foram se transformando também.

Além disso, visualizaremos as transformações que ocorreram na representação estudantil pós-64, como por exemplo, a criação de Centros Acadêmicos Livres, pois os tradicionais passaram a ser vinculado ao Estado, a partir da promulgação da Lei Suplicy em novembro de 1964. Mediante a delimitação dessas variações ao longo deste período, nossa intenção é visualizar que tipo de correlação foi estabelecida entre o Movimento Estudantil e as reformas de educação, desejadas já desde o governo João Goulart.

Mais do que analisar as próprias reformas do ensino universitário, o que propomos com este trabalho é ver como se portava o Movimento Estudantil em relação não somente as mudanças advindas da passagem de um Regime Democrática para uma Ditadura, mas, principalmente, qual era o papel do ME. Ou seja, se este era um ator proponente de pautas e demandas reivindicativas, ou se ao contrário, somente reagia às novas medidas adotadas por estes governos, como por exemplo, a aprovação do acordo MEC-USAID que propunha a modernização administrativa e pedagógica das Universidades Federais, tendo como base o modelo norte-americano.

## INTRODUÇÃO

A história da Ditadura Militar no Brasil já foi contada e recontada inúmeras vezes, seja em livros, filmes, artigos ou entrevistas. Não são poucos os trabalhos que têm este período como recorte cronológico. Entretanto, não se pode afirmar que este seja um tema esgotado. Recentemente foi criado no Rio de Janeiro o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil: Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional<sup>1</sup>.

Com o objetivo principal de criar um pólo de difusão de diversas informações contidas nos registros documentais sobre as lutas políticas no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, este projeto traz um novo fôlego e um novo momento para os estudos relacionados a essa temática. Isso nos faz crer, portanto, que este é um assunto que precisa ser revisitado, ainda que haja por vezes a sensação de que seja um tema bastante explorado.

Nesse contexto, esta proposta de pesquisa tem como tema o Movimento Estudantil durante o governo João Goulart (1961-1964) e nos anos iniciais do Regime Militar instaurado no Brasil (1964-1968) e a relação deste movimento social com a temática da educação no país.

Vale ressaltar, desta forma, que em novembro de 1964, o Congresso Nacional e Castelo Branco, então presidente da república, sancionaram a Lei Nº 4.464, conhecida como a Lei Suplicy, cujo objetivo era regular os órgãos de representação dos estudantes brasileiros. Sendo assim, esta estabelecia que os diretórios e os centros acadêmicos deveriam submeter-se ao controle direto do governo, sendo vetada à estes qualquer tipo de atividade ou discussão política. Sendo assim, os estudantes criaram, em meio às intensas mobilizações políticas que deram tom ao período entre 1964 e 1968, “entidades livres”. Ou seja, diretórios e centros acadêmicos que exerciam atividades paralelas aos oficiais. E é um de seus principais líderes, Vladimir Palmeira, que nos relata o papel do Movimento Estudantil e a relação com as entidades “livres” e as oficiais:

*Houve um problema em 1965, que se chamava Lei Suplicy. Nós adotamos uma tática errada, que*

---

<sup>1</sup> Para mais informações ver: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> – Acesso em 15/07/2011.

*era de boicote à lei, de forma que largamos o diretório oficial e concorremos a um diretório que nós criamos na rua e batizamos de CACO-Livre. Ora, com isso, nós entregamos à direita o diretório oficial. E a direita, que não tinha força nenhuma, era muito atomizada, passou a ter um instrumento de organização e congregação que nós entregamos grátis para ela<sup>2</sup>.*

Sendo assim, acreditamos que o Movimento Estudantil, principalmente nos primeiros anos do Regime Militar no Brasil, teve muitas de suas ações desvinculadas dos órgãos de representação oficiais, assim como, dos representantes dados como oficiais perante o Ministério da Educação e Cultura e/ou o Conselho Federal de Educação.

O recorte temporal foi escolhido mediante a importância do Movimento Estudantil ao entrecruzar sua história com a própria história do país. Após assumir a presidência da república, João Goulart colocou como ponto central de seu governo as chamadas Reformas de Base, dentre as quais podemos destacar a Reforma Universitária. A UNE, por sua vez, promoveu seminários debatendo a Reforma Universitária, em 1961, 1962 e 1963<sup>3</sup>, onde é possível destacar o posicionamento dos estudantes no combate à estrutura arcaica do ensino superior, à sua privatização e à seletividade em caráter econômico dos exames vestibulares.

A Reforma Universitária foi um tema que também ganhou destaque no Boletim de História, publicação do Centro de Estudos de História da Faculdade Nacional de Filosofia (da antiga Universidade do Brasil), criada em agosto de 1958. Na edição número 6, de 1961<sup>4</sup>, os

---

<sup>2</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. Página: 157.

<sup>3</sup> O I Seminário foi realizado em maio de 1961, na Bahia, e defendia, sobretudo, a democratização e ampliação do acesso ao ensino. O II Seminário aconteceu em Curitiba, em março de 1962, onde se debateu sobre o papel da universidade enquanto instrumento de construção de uma cultura nacional. O III Seminário realizou-se em Belo Horizonte em 1963 e as principais questões levantadas foram: a extinção da cátedra vitalícia, criação de novas formas de acesso à universidade, em substituição ao vestibular, considerado elitista e discriminador, etc. Para mais informações ver: FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.

<sup>4</sup> Boletim de História Ano III Número 6. Páginas: 7 a 9. – Artigo assinado pela Direção do Boletim.



estudantes se posicionaram a favor da reforma, mas destacaram que eram eles os principais culpados pela demora na execução do projeto, por não terem sido firmes e decididos ao exigir a Reforma Universitária. Além disso, ressaltaram que uma das dificuldades é que a reforma atingiria os interesses dos catedráticos, por exemplo, que eram contra a realização de concursos. Entretanto, afirmam que o entrave principal à Reforma do Ensino Superior está relacionado ao medo que os dirigentes das Universidades tinham de perder o total privilégio da direção de seus destinos.

Por outro lado, os estudantes defendiam a ampliação de sua participação no processo decisório das instituições de ensino, assim como a subordinação destas aos interesses do povo brasileiro. Segundo a historiadora Maria de Lourdes Fávero, *os seminários da UNE sobre a Reforma Universitária no início dos anos 60, de modo geral, colocam sempre o problema da universidade articulado com as Reformas de Base e questões políticas mais globais*<sup>5</sup>. A Reforma Universitária, na visão do Movimento Estudantil, era parte integrante das Reformas de Base e, além disso, destacar-se-ia como grande propulsora do desenvolvimento do país.

Exemplo da importância que a Reforma Universitária ganhou nos debates estudantis pode ser visualizada através da peça *O Auto dos 99%*<sup>6</sup>. Encenada pelo Centro Popular de Cultura (CPC)<sup>7</sup>, que visitou o país inteiro pela UNE Volante<sup>8</sup> na década de 60, a peça

---

<sup>5</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>

<sup>6</sup> A peça faz uma análise da elitização da educação universitária, procurando um ponto de origem da situação vivida; nesse sentido, procura contextualizar a problemática desde a chegada dos portugueses ao Brasil até os dias atuais. Denunciando o sistema vigente, o personagem 'Estudante', através da revolta, apresentava o desejo de investir no projeto de mudanças. O áudio desta peça pode ser escutado na íntegra em: [http://www.franklinmartins.com.br/som\\_na\\_caixa\\_gravacao.php?titulo=auto-dos-99-de-cpc-da-une#](http://www.franklinmartins.com.br/som_na_caixa_gravacao.php?titulo=auto-dos-99-de-cpc-da-une#)

<sup>7</sup> O Centro Popular de Cultura (CPC) foi um movimento cultural que iniciou suas atividades no Rio de Janeiro em 1961. Formado por artistas, estudantes e militantes do Partido Comunista Brasileiro, essa entidade desenvolveu projetos de conscientização e propagação de idéias revolucionárias através de teatro, música, cinema e projetos de alfabetização. Para mais informações ver verbete Centro Popular de Cultura em <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>

<sup>8</sup> A UNE Volante, criada em 1961, foi um instrumento importante de divulgação das bandeiras e propostas da UNE, levando o Movimento Estudantil ao encontro de estudantes de várias partes do país. A UNE Volante realizava assembléias, reuniões com as lideranças estudantis das cidades onde chegavam, discussões sobre a Reforma Universitária, etc. Para mais informações: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. Páginas: 106 a 114.

retratava a dura realidade do país na época, enfatizando o fato de apenas 1% da população jovem, entre 18 e 24 anos, estava nas universidades. Ou seja, os outros 99% estavam marginalizados da realidade do ensino superior e da vida acadêmica.

Com a tomada de poder pelos militares em 1964, o Estado coordenou a reforma, limitando-a a modernização administrativa e pedagógica, tendo como base o modelo norte-americano. Com apoio técnico e financeiro da United States Agency for International Development (USAID), o Ministério da Educação começou a promover mudanças nas universidades federais que repercutiram sobre as demais. Os estudantes brasileiros compreenderam o acordo MEC-USAID como uma tentativa de intervenção dos Estados Unidos na educação do país e, conseqüentemente, visualizaram uma submissão ideológica e intelectual do Brasil aos Estados Unidos, via modelo educacional.

Insatisfeitos com a implantação do acordo MEC-USAID, os estudantes promoveram uma ampla campanha política contra o mesmo, em diversas universidades. Entretanto, apesar da manifestação contrária dos estudantes, muitos pontos deste acordo foram implantados com a Reforma Universitária, realizada em 1968. Por exemplo, a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa desde o primeiro grau e a promoção da educação como instrumento que servisse ao projeto autoritário de crescimento econômico do Regime Militar.

Consideramos que os sete anos propostos a estudar podem ser caracterizados como momento importante para a educação brasileira e de papel decisivo do Movimento Estudantil na luta por uma Reforma Universitária que atendesse às suas reivindicações. Na passagem do Regime Democrático para a Ditadura Militar, o Brasil vivenciou não apenas mudanças políticas e econômicas, mas também a tão esperada reforma no sistema de ensino brasileiro.

## REFERÊNCIA TEÓRICA

Para o desenvolvimento deste trabalho o conceito *nova história política*<sup>9</sup> será fundamental.

A nova história política surgiu no momento em que os historiadores enfim conseguiram superar as críticas acerca da *antiga história política*, cujo declínio foi marcado

---

<sup>9</sup> REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

pela fundação da revista *Annales*, em 1929, na França. Depois de ter conquistado alto prestígio durante todo o século XIX, a história política renasceu, segundo o historiador René Remond, em 1970, assumindo uma nova roupagem, principalmente no que diz respeito à pluridisciplinaridade.

A história, enquanto disciplina, passou a ter contato com a ciência política, a sociologia, a lingüística e a psicanálise, por exemplo. O que permitiu a incorporação de novos conceitos e novas técnicas de investigação por aquela, tal como a construção de novos problemas. Além disso, a nova história política passou a integrar todos os atores, mesmo aqueles mais modestos dentro dos contextos estudados. Rebateu-se assim uma das principais críticas feitas à história política: de ser elitista e individualista; já que esta passou a ter as massas como objeto central.

Outra crítica acerca da história política estava relacionada ao fato de privilegiar os acontecimentos efêmeros, inscritos na curta duração e, portanto, sem dar conta dos movimentos profundos das sociedades. Dessa forma, a história política estava voltada para os acidentes e as circunstâncias superficiais. Não sendo capaz de dar conta das articulações dos eventos com suas causas mais profundas. A história política era considerada o maior exemplo de uma história denominada factual.

Privilegiando o nacional, o particular, essa história não era capaz de realizar comparações no espaço e no tempo e de produzir generalizações e sínteses. Sendo assim, era caracterizada como uma história narrativa, restrita a uma descrição linear, cuja atenção estava voltada para os “grandes homens” e desprezando as massas de suas pesquisas. Com o renascer da história política o interesse está voltado não apenas para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos que combina do instantâneo ao extremamente lento. E mais, segundo Remond, no contexto do surgimento da nova história política,

*Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para aquela dos povos e das sociedades. (...) A história política tradicional, isolando arbitrariamente os protagonistas das multidões, travestia a realidade e enganava o leitor<sup>10</sup>.*

---

<sup>10</sup> Idem. *Ibidem*. Páginas: 18 a 20.

Com base nessa perspectiva da nova história política, nosso estudo tem como foco a massa de estudantes que compunham o Movimento Estudantil entre os anos 1961 e 1968, que acreditamos terem sido importantes personagens. Aqui buscaremos analisar o ME enquanto massa política, sem destacar a história vista a partir de uma ou outra liderança estudantil. Além disso, consideraremos a dimensão temporal não de forma linear, mas sim, focando nos acontecimentos relacionados às mudanças nas políticas educacionais e de repressão do Movimento Estudantil. Buscando, dessa forma, enfatizar as comparações espaço-temporal, através das transformações visualizadas no que tangia à educação e à relação do governo com os estudantes, na passagem do governo Jango para o regime ditatorial.

## BALANÇO HISTORIOGRÁFICO

Muitos trabalhos já estudaram a importância do Movimento Estudantil para a história das manifestações e reivindicações políticas no Brasil, porém dois merecem destaque e serviram de referencial. *O Poder Jovem*, de Arthur José Poerner, e *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*, de Maria Paula Araújo.

Publicado pela primeira vez ainda durante o Regime Militar, em 1968, o livro de Poerner, pioneiro nos estudos sobre a juventude brasileira e sua participação política na história do país, ganhou uma nova versão online e atualizada 2004. Construindo uma elaborada análise, Poerner afirma que a motivação de protesto no campo político desses jovens era oriunda da *profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro*<sup>11</sup>. Segundo o autor, as temáticas variaram ao longo de tempo, mas a insatisfação sempre esteve presente no desempenho do papel político do estudante brasileiro em relação aos governos em vigência.

Nesse seu estudo sobre a história do Movimento Estudantil no Brasil, Arthur Poerner busca demonstrar que *o Movimento Estudantil brasileiro é a forma mais adiantada e*

---

<sup>11</sup> POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. Página: 32.

*organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil*<sup>12</sup>. Apresentando assim sua visão particular de que a rebeldia juvenil detinha uma face política associada a uma forma específica de organização, o próprio ME. Dessa forma, o autor analisa a transformação do ME desde o período do Brasil – Colônia até o governo Lula, destacando a característica rebeldia dos jovens e suas formas de expressão, não somente de suas insatisfações, mas também de seus anseios e desejos em relação ao futuro do país.

O tema da rebelião da juventude também foi discutido em outra obra de grande importância, *1968: a paixão de uma utopia*<sup>13</sup>, de Daniel Aarão Reis. No livro, o historiador relata que a rebelião estudantil foi uma personagem central na sociedade brasileira no ano de 1968. Sendo marcada por lutas a favor de uma política de auxílio aos estudantes mais pobres, através de bolsas de estudo, assistência médica, transportes e restaurantes mais baratos. E mais, *os estudantes não lutavam apenas por melhorias materiais. Queriam reformas no ensino e na pesquisa*<sup>14</sup>. Reivindicavam participação na elaboração das políticas educacionais, visto que aquelas adotadas pelo governo Costa e Silva (1967-1969) eram, na verdade, o contrário de suas demandas, com a valorização das universidades particulares em detrimento da universidade gratuita.

Ao tratar das reivindicações e lutas estudantis, Reis baseia-se no depoimento de ex-líderes da UNE. Demonstrando assim a grande importância dada a essa entidade para se compreender a atuação do Movimento Estudantil. Da mesma forma, Poerner também concede grande ênfase a UNE. Destacando em seu livro que o ME no Brasil deve ser compreendido antes e depois da UNE.

Para Poerner, o movimento incorporou novas características após a fundação da UNE em 1937. Antes, o ME era marcadamente disperso e desordenado em suas atuações políticas. Com a UNE, este não somente organizou-se, como se tornou permanente e ganhou dimensão nacional na participação política estudantil.

O autor destaca que, após 1964, o ME e a UNE passam a ter suas histórias ligadas à repressão e supressão das liberdades, mas também da presença estrangeira no país, como foi o caso da intervenção dos EUA no sistema educacional do Brasil. Poerner conclui que o ME

---

<sup>12</sup> Idem. Ibidem. Página: 47.

<sup>13</sup> REIS, Daniel Aarão; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>14</sup> Idem. Ibidem. Página: 19.

possui uma história de longa combatividade e, portanto, o estudante brasileiro tem um papel social relevante no universo político.

Destacar a importância da participação estudantil no país. Essa é a missão que o projeto Memória do Movimento Estudantil declara ter em seu site<sup>15</sup>. O projeto que visa organizar, preservar e divulgar a história do Movimento Estudantil no Brasil, nasceu em 2004, através de uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho<sup>16</sup> e a UNE (União Nacional dos Estudantes), principais envolvidos no desenvolvimento do projeto.

Além disso, o projeto conta com o apoio da Petrobras, da Rede Globo e também do Museu da República<sup>17</sup>. Entretanto, quem concebeu a idéia foi a própria UNE e a Fundação Roberto Marinho ficou responsável por transformar - lá em projeto e coloca - lá na Lei Rouanet. Também ficou a cargo da Fundação Roberto Marinho captar patrocínio, bem como gerir o projeto durante os seus 4 anos de desenvolvimento. Vale ressaltar que, a partir de 2008, o projeto passou a ser gerido pela UNE.

Tendo como público-alvo estudantes, pesquisadores e demais interessados no tema, o projeto surgiu no contexto de preocupação da própria UNE com a preservação e a divulgação da história do Movimento Estudantil no país. Segundo a coordenadora do projeto Carla Siqueira<sup>18</sup>, o diferencial deste projeto é percebido pelo fato de ser *a primeira vez no Brasil desenvolvido um projeto de fôlego de preservação da história do Movimento Estudantil*<sup>19</sup>.

E pela diversidade dos resultados previstos e obtidos percebemos a dimensão e a importância do projeto: gravação de 100 depoimentos em vídeos, realização de campanha de doação de documentos e organização desse acervo, site, exposição no Museu da República, exposição itinerante por várias universidades brasileiras, seminário na PUC-SP, produção de série de programas para a TV, exibição desses programas em diversas universidades no Brasil, seguida de debates e, por fim, produção de um guia de fontes para pesquisadores.

---

<sup>15</sup> <http://www.mme.org.br/main.asp> (Sobre o Projeto) - Acesso em 20/08/2011.

<sup>16</sup> Fundação Roberto Marinho (1977). Criada pelo jornalista Roberto Marinho, pertence a Organizações Globo. É uma instituição privada, sem fins lucrativos, que desenvolve projetos voltados para o ensino formal e informal, além de projetos educacionais.

<sup>17</sup> <http://www.mme.org.br/main.asp> (Parceiros) - Acesso 20/08/2011.

<sup>18</sup> Carla Siqueira - Jornalista, doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - Rio), professora do Departamento de Comunicação da PUC - Rio.

<sup>19</sup> Carla Siqueira em entrevista concedida a mim no dia 23/09/2010, para trabalho de conclusão para obtenção de créditos da matéria Planejamento e Financiamento de projetos (CPDOC/Fundação Getulio Vargas – 2010.2).

Além dos objetivos citados acima, do projeto Memória do Movimento Estudantil surgiu o livro de Araújo, lançado em 2007. O livro reúne informações sobre diferentes momentos da história do Brasil, destacando a importância da participação do Movimento Estudantil, desde a fundação de sua entidade máxima de representação, em 1937, a UNE, passando pelo Estado Novo, a campanha “O petróleo é nosso!”, os 21 anos de Regime Militar, até os dias atuais.

Segundo Araújo, para além dos Centros e dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades, o Movimento Estudantil teve sua história intrinsecamente ligada ao próprio caminho percorrido por sua entidade máxima de representação, a UNE. Prova disso é que mesmo durante a Ditadura Militar, quando a entidade foi fechada, os estudantes continuavam a sair às ruas entoando que, enquanto eles estivessem lutando contra o Regime Militar, a UNE permaneceria viva.

Embora a historiadora aponte o destaque da Faculdade Nacional de Filosofia e da Faculdade Nacional de Direito (da atual UFRJ) atuando politicamente, o objetivo geral de sua obra é *contar um pouco da trajetória, da política e da cultura das várias gerações que fizeram a história da UNE*<sup>20</sup>.

A partir destas duas obras, percebemos que a história do Movimento Estudantil entrelaça-se comumente à história da UNE. Sabemos que, por exemplo, no período delimitado para nosso estudo, de fato o Movimento Estudantil esteve claramente interligado às ações e mobilizações da UNE. Apesar de esta ter sido declarada extinta já em outubro de 1964 e, em decorrência disso, sua direção ter ido para o exílio ou ter caído na clandestinidade, o ME manteve intensa atividade política nas universidades pelo Brasil afora.

## O GOVERNO JOÃO GOULART

Quando o então vice-presidente João Goulart assumiu a presidência da República, o Brasil estava vivendo um clima de intensa instabilidade política, após a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Embora estivesse clara na Constituição, a tomada de

---

<sup>20</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. Página: 18.

posse de Jango revelou em princípio as dificuldades que este governo enfrentaria até desembocar no fatídico 1º de abril de 1964. Os militares se opuseram à sua posse, pois reconheciam em sua figura uma ameaça ao país, principalmente por seus vínculos com políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Entretanto, foi iniciada, com a cobertura de mais de cem emissoras de rádio em todo o país, uma campanha em defesa da posse de Jango. A *Campanha da Legalidade*, como ficou conhecida, tinha como líder o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e contava com o apoio do Congresso Nacional no impedimento do veto à posse do vice-presidente. E foi do Congresso Nacional que partiu a solução para tal impasse: a adoção do sistema parlamentarista. Ou seja, João Goulart assumiria o governo, mas o dividiria com um primeiro-ministro, representando certa forma de controle do presidente, identificado com as forças de esquerda.

Porém, o insucesso do parlamentarismo foi revelado no resultado do plebiscito que decidiria qual sistema político seria adotado no país, em 1963. Tivemos assim o retorno ao presidencialismo, que foi marcado pela política de reformas sociais, incluídas aí a reforma agrária, bancária, fiscal, eleitoral e educacional. As chamadas Reformas de Base tinham como objetivo a distribuição de renda, com uma maior intervenção e controle do Estado, inclusive no que tangia às questões relacionadas ao ensino no país.

É nesse cenário que a reforma educacional ganha importância. A historiadora Helena Bomeny destaca a importância desta reforma, sobretudo no ensino universitário. Em artigo publicado no livro *João Goulart: entre a memória e a história*<sup>21</sup>, Bomeny afirma que a Reforma Universitária tomou maior proporção ao ganhar as ruas, com o apoio do Movimento Estudantil. De forma mobilizada e organizada, o ME reivindicava a democratização da universidade, com maior representação estudantil, sobretudo, nos conselhos universitários, cuja função era decidir sobre os regulamentos e a política universitária. Propunha-se também a modernização do sistema de ensino superior como proposta de modernização e desenvolvimento geral do próprio país, através da democratização do acesso às universidades, em um sistema de ensino visto como “elitista”.

Contudo, a luta pela Reforma Universitária começou anos antes, em 1957, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, com o I Seminário de Reforma de Ensino. No livro *A UNE*

---

<sup>21</sup> Ferreira, M. M. (Orgs.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



*em tempos de autoritarismo*<sup>22</sup>, Maria de Lourdes Fávero destaca que este primeiro debate foi extremamente importante no que diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>23</sup>. Foi neste período que o Movimento Estudantil adquiriu maior politização e intensificou sua atuação frente aos acontecimentos nacionais. Segundo Fávero<sup>24</sup>, a partir do I Seminário de Reforma do Ensino, os estudantes universitários ingressaram de forma mais sistemática na luta pela Reforma Universitária e começaram a esboçar a preocupação com a transformação estrutural das instituições de ensino, que se intensificou com o debate sobre a LDB, definindo como prioridade, para o Movimento Estudantil, a luta pela democratização do ensino.

Aprovada em 1961, esta lei definiu as normas para a autorização e o reconhecimento das instituições de ensino superior. Foi através da LDB que o Conselho Federal de Educação foi criado, descentralizando a administração do ensino. Entretanto, os estudantes não viram modificações de questões importantes para eles, como por exemplo, a questão da cátedra vitalícia. Assim sendo, as poucas mudanças que decorreram da aprovação desta lei ficaram muito aquém das reivindicações estudantis, cuja maior bandeira girava em torno da luta pela democratização do ensino universitário.

E, foi através do I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, em 1960, na Bahia, que esta luta se alastrou pelo país, tornando-se fundamental em todos os debates dentro do Movimento Estudantil. Os estudantes brasileiros vivenciaram com o início do governo Jango, momentos de intensa militância política, com destaque para suas atividades reivindicativas e discussões acerca das reformas de base, dando ênfase a Reforma Universitária. Em decorrência da discussão sobre a LDB abriu-se no Brasil espaço para que os estudantes compreendessem que a luta por melhores condições de ensino estava articulada às lutas mais gerais presentes na sociedade

Para o ME, a Reforma Universitária deveria fazer parte de um projeto político mais amplo para o país. Onde, visando o desenvolvimento, sobretudo, econômico, a defesa por universidades mais democráticas estaria voltada para a solução dos problemas da sociedade brasileira. A democratização da universidade se daria, nesse sentido, não somente com a

---

<sup>22</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.

<sup>23</sup> Para mais informações sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Verbetes no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro em [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br).

<sup>24</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995. Página: 25.

ampliação do acesso aos mais pobres, mas também, com o estabelecimento de currículos de ensino que refletissem sobre a nossa realidade.

Além disso, a questão da democratização da universidade girava em torno da incorporação dos estudantes nas decisões do colegiado. Surgiu daí a plataforma reivindicativa de participação de 1/3 dos alunos nos órgãos do colegiado. Propunha-se também, através desta plataforma, a participação dos funcionários, que até então, juntamente com os estudantes, estavam totalmente ausentes das decisões da universidade.

A proposta de alteração nos órgãos de direção da universidade começou a ser debatida em 1960, juntamente com a Reforma Universitária, mas foi somente em 1962 que aquela bandeira foi difundida e conhecida por todo o sistema de ensino universitário do país. Em julho de 1962, uma grande greve paralisou importantes universidades brasileiras. Segundo o autor do livro *O poder jovem: história da participação política dos jovens brasileiros*, Arthur Poerner, *o Movimento Estudantil paralisou, no ápice da greve, a maioria das 40 universidades brasileiras da época, cerca de 23 federais, 14 particulares e 3 estaduais*<sup>25</sup>.

A Greve do 1/3, como ficou conhecida, também contou com manifestações estudantis, dentre as quais podemos destacar a ocupação do prédio do Ministério da Educação e Cultura, localizado no Rio de Janeiro. O prédio do MEC permaneceu ocupado durante três dias pelos universitários, que defendiam o acesso de todos à educação pública e gratuita, melhoria da qualidade do ensino, além de mais recursos para a universidade. Entretanto, como relata Poerner, esta greve geral nacional não conseguiu alcançar seus objetivos maiores. Ou seja, as mudanças exigidas na área da educação não foram atendidas pelo governo João Goulart.

Como afirma Antonio Carlos Peixoto, à época estudante de Direito, *essa greve foi uma greve efetivamente forte e várias bandeiras do movimento foram vitoriosas. Não exatamente naquele momento, porém mais tarde*<sup>26</sup>. Isso porque, como esclarece este personagem, *no final da gestão do Aldo* (Aldo Arantes, presidente da UNE entre 1961 e 1962), *começa a se*

---

<sup>25</sup> POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. Página: 179.

<sup>26</sup> Entrevista concedida ao Projeto Memória do Movimento Estudantil. Disponível em: <http://www.mme.org.br/main.asp?View=%7BD8F61CAF%2DFA6F%2D480C%2DB5B8%2D2B7E57510000%7D&Team=&params=itemID=%7B2F03A9BA%2DF37E%2D4057%2DB872%2D72957D6BC12B%7D%3B&UIPartUID=%7BD90F22DB%2D05D4%2D4644%2DA8F2%2DFAD4803C8898%7D>. Página: 9. Acesso em: 27/10/2011.

*esboçar aquilo que faltava no Movimento Estudantil, que era uma plataforma de luta mais especificamente ligada ao Movimento Estudantil*<sup>27</sup>.

Plataforma essa que se concretizava na luta pela Reforma Universitária. A análise da forma como os universitários conceberam essa reforma possibilita entender o posicionamento destes para definir suas concepções e propostas. O Movimento Estudantil partia da análise da realidade brasileira – uma vez que concebia que a universidade só poderia ser compreendida dentro da estrutura social na qual estava inserida – para entender o arcabouço e as características do ensino superior, apontando os seus limites e insuficiências.

Simultaneamente, os estudantes extraíam desta perspectiva – ou da crítica predominante sobre a estrutura universitária – as propostas e os pontos que deveriam ser revistos e superados. Três momentos foram marcantes no que tange ao debate acerca das mudanças no Ensino Universitário: os três Seminários Nacionais de Reforma Universitária. Cujas pautas concentravam-se na crítica e análise da vida universitária, focando, por exemplo, no problema da vitaliciedade da cátedra e da absoluta soberania que o professor catedrático tinha na época. Outro ponto era o problema da disseminação do ensino universitário, que ainda era muito restrito.

O posicionamento da UNE sobre a Reforma Universitária foi sistematizado, basicamente, em três documentos oriundos destes três seminários: *Declaração da Bahia* (1960), *Carta do Paraná* (1962) e *UNE: a luta atual pela Reforma Universitária* (1963). Estes documentos nos permitem compreender o fio condutor das análises, propostas e desenvolvimento das posições teóricas, políticas e práticas que o movimento estudantil assumiu na conjuntura da década de 60.

A *Declaração da Bahia* pode ser visualizada como o primeiro esforço de elaboração da crítica à estrutura universitária até então predominante e de delimitação de um projeto de reforma, ou seja, foi um documento em que os estudantes colocaram as bases desta reforma. Para Poerner, este documento significou uma fase de transição, na qual, *os estudantes dão um salto, no afã de conceituar e, a partir daí planejar sua ação*<sup>28</sup>.

Resultado do primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado na Bahia, em 1961, esta declaração continha então os principais pontos para a reforma desejada

---

<sup>27</sup> Idem. Ibidem.

<sup>28</sup> POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. Página: 175.

pelos estudantes. Dentre os quais podemos destacar: a democratização da universidade do ponto de vista da sociedade e da comunidade de trabalho; integração da universidade à sociedade e ao meio no qual foi criada e para o qual deve voltar-se; estrutura flexível, visando acompanhar as transformações sociais<sup>29</sup>. Além disso, os estudantes brasileiros viam na universidade o local inicial de uma possível revolução brasileira, porque eram estes jovens, juntamente com os setores oprimidos da sociedade, que precisavam *romper uma série de alienações, de preconceitos e de deficiências*<sup>30</sup>, oriundas da própria formação universitária.

A principal acusação feita pelo ME no I SNRU era de que o sistema de ensino brasileiro baseava-se em um processo discriminatório, cuja universidade encontrava-se justamente no topo. Como está presente na Declaração, no ano de 1958, apenas 15.985 alunos em todo o país conseguiram concluir o ensino superior. E não somente a universidade não assumia seu papel enquanto universo democrático, mas também falhava em sua missão cultural.

Isso porque, além de não ter qualquer iniciativa de pesquisa científica, cultural e artística, nutria-se de esquemas importados de outros países, sem qualquer adequação à realidade do Brasil. Os estudantes também apontavam que a universidade falhava na medida em que não esclarecia ao povo sua cultura popular e não formava profissionais competentes e que atendessem as realidades nacionais e regionais do país: *uma engenharia desatenta às verdadeiras exigências de nosso desenvolvimento técnico e industrial; o direito insensível às novas modalidades de convivência econômica e social; uma faculdade de filosofia indiferente a formulação de um pensamento crítico, alheia à realidade educacional brasileira, incapaz de colaborar na formação de um pensamento brasileiro; a medicina sem a pesquisa e adequação às parcas condições médico-sanitárias de cada uma das regiões; a arquitetura ignorante do problema habitacional do povo, alienada em projetos suntuários e inadequados às necessidades coletivas*<sup>31</sup>.

Em resumo, a universidade não era capaz de atender às *necessidades particulares de cada uma das regiões e ao desenvolvimento: não se forma para o estudo dos minerais, na região central; da seca e do subdesenvolvimento, no Nordeste; do petróleo, na Bahia; da*

---

<sup>29</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995. Anexo I - I Seminário Nacional de Reforma Universitária Declaração da Bahia, Salvador, Maio 1961. Página: XVII.

<sup>30</sup> Idem. Ibidem. Página: XVI.

<sup>31</sup> Idem. Ibidem. Página: XIX.

*vastidão inexplorada da Amazônia*<sup>32</sup>. Por conseguinte, os estudantes propunham uma Reforma Universitária voltada para o compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo; que extinguisse a cátedra vitalícia, através de concursos ou nomeações; e que promovesse maior grau de autonomia administrativa, didática e financeiras das universidades.

O II Seminário de Reforma Universitária aconteceu em 1962, na cidade de Curitiba e deu origem a *Carta do Paraná* que aprofundou o debate promovido anteriormente. Centrando-se, no entanto, na definição de uma linha comum de ação para todo o movimento estudantil. Esse documento trazia algumas reflexões sobre a situação do país, mostrando alguns problemas e apontando caminhos para sua solução.

Segundo o cientista social René Dreifuss, a *Carta do Paraná* foi um dos mais importantes documentos do Movimento Estudantil. Ela reuniu todas as conclusões políticas e ideológicas do II SNRU e a Reforma Universitária foi incluída como *esquema tático de luta, como parte das reformas básicas*<sup>33</sup>. Mas o mais importante dessa proposta é que ela representava um ponto de partida para uma eventual aliança política entre trabalhadores, estudantes e camponeses, na medida em que o movimento de Reforma Universitária estava vinculado a outras reivindicações populares.

Neste sentido, a universidade era vista como fator propulsor, por excelência, deste desenvolvimento almejado pelos estudantes para o país, tendo papel crucial neste processo. Daí o movimento estudantil ressaltar a expectativa de extrair todo o potencial desta instituição e colocá-lo a serviço do desenvolvimento. Desenvolvimento esse que estaria atrelado a uma *Revolução Brasileira*, na qual a universidade e seus alunos estariam intrinsecamente presentes.

Nas palavras dos próprios estudantes: *Não se pode pretender uma reforma válida na universidade, enquanto ela for apenas uma peça de um conjunto globalmente alienado. Uma universidade ótima só será possível numa sociedade ótima*<sup>34</sup>. Ou seja, as transformações do ensino deveriam vir acompanhadas de mudanças mais amplas na sociedade através, por

---

<sup>32</sup> Idem. Ibidem. Página: XIX.

<sup>33</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981. Página: 283.

<sup>34</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995. Anexo II – II Seminário Nacional de Reforma Universitária Carta do Paraná, Curitiba, Março 1962. Página: XXXIX.

exemplo, de reformas na estrutura agrária, urbana, fiscal e política, nomeadamente as Reformas de Base defendidas pelo presidente João Goulart.

Sendo assim, *a Reforma Universitária só não será um mero retoque de fachada desde que seja vista como um momento do processo mais vasto, que é a Revolução Brasileira. (...). De obstáculo, ela (a universidade) deve transformar-se num fator de impulso à evolução social*<sup>35</sup>. Nesse sentido, não só a luta consistiria na democratização do ensino – dando a todos condições de acesso à educação em todos os graus – mas também em colocar a universidade a serviço do povo, com a criação de escritórios de assistência jurídica; médica e odontológica, por exemplo.

Os estudantes acreditavam em uma associação com a classe proletária, reforçando as demandas desta através de uma intensa participação política do ME, que se constitui o papel da universidade em favor do crescimento nacional, mas de um crescimento que abarcasse os trabalhadores. Resumindo, o papel da Reforma Universitária seria o de *fazer da universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa*<sup>36</sup>.

Sobre a questão da cátedra vitalícia, os estudantes continuaram a criticar veementemente esse sistema de contratação dos professores universitários porque segundo aqueles a vitaliciedade destes constitui-se como uma barreira à evolução do ensino. Isso porque *os catedráticos, em sua maioria, uma vez aprovados não mais se dedicam ao estudo e à pesquisa, deixando de aprimorar os programas, incorrendo nas falhas que desejarem, pois lhes é assegurada a permanência no cargo*<sup>37</sup>. Apontando assim mais um entrave à promoção dos objetivos fundamentais que deveria exercer a universidade brasileira de um ensino democrático e de qualidade.

Realizado em Belo Horizonte, em 1963, o III SNRU tinha como proposta base a substituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo em vista a contemplação de pontos já apresentados nos dois seminários anteriores, como por exemplo, a extinção da cátedra vitalícia e, principalmente, a questão da representação e participação estudantil nos órgãos colegiados e da autonomia didática, administrativa e financeira. Pois,

---

<sup>35</sup> Idem. Ibidem. Página: XL.

<sup>36</sup> Idem. Ibidem. Página: XXLI.

<sup>37</sup> Idem. Ibidem. Página: XLIII.

segundo os estudantes, *o projeto de Diretrizes e Bases da Educação, no que tange à representação de alunos e à autonomia da universidade em seus diversos aspectos, não atende absolutamente aos mínimos reclamos de todo o povo brasileiro no que toca à democratização da universidade*<sup>38</sup>.

O documento que surgiu desse encontro, *UNE: a luta atual pela Reforma Universitária*, fez um primeiro balanço e autocrítica sobre o processo de lutas desenvolvido para a efetivação da Reforma Universitária, destacando a importância de uma reforma geral da sociedade, através das Reformas de Base. A própria Reforma Universitária estaria aí incluída em um processo de transformação socioeconômico que alavancaria o desenvolvimento do país.

Os universitários faziam as seguintes reivindicações, tendo como base a promoção da assistência aos estudantes de modo a estabelecer a educação efetivamente enquanto direito de todos: bolsas de estudo, restaurantes, habitação, assistência médico-odontológico-farmacêutica, assistência social, bibliotecas, etc. Além disso, questionavam a verba governamental destinada à educação, enfatizando que nem de longe satisfaz as exigências de erradicação do analfabetismo.

Sobre a Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1961, a juventude brasileira posicionava-se totalmente contra, rejeitando-a e vetando-a por entenderem que ela não atendia as exigências das transformações econômicas, sociais e culturais do país. Os estudantes acreditavam na necessidade de tais mudanças, porém, acima desta crença, estava uma ainda maior de que para que tais transformações ocorressem de fato era preciso estabelecer a Reforma Universitária enquanto fio condutor deste processo mais amplo de reforma da sociedade.

Sendo assim, procuramos destacar, em traços gerais, algumas características que se sobressaem a partir da análise dos documentos citados anteriormente e que consideramos importantes para o entendimento das posições e ações que o movimento estudantil assumiu neste período.

Nesta perspectiva, pudemos visualizar que os estudantes caracterizavam o Brasil como um país dominado economicamente e subordinado politicamente aos interesses do

---

<sup>38</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995. Anexo III - Une. Luta atual pela Reforma Universitária, Cadernos de Coordenação Universitária, 04 de dezembro de 1963. Sem numeração.

imperialismo, principalmente o norte-americano, ao mesmo tempo, compreendiam que havia uma articulação, associação e vínculos da burguesia brasileira – responsável pelos rumos que o país tomava – àqueles interesses. Criticavam o desenvolvimento promovido pelo Estado e definiam o tipo de desenvolvimento que almejavam. Este passaria pela reformulação total da estrutura sócio-econômica do país e deveria basear-se na ascensão da classe proletária, entendida como o fim da exploração, a socialização dos meios de produção e a melhoria das condições de vida.

Os estudantes acreditavam que a universidade, ao não atender os objetivos expostos acima, falhava em sua missão cultural (por não estimular a pesquisa); profissional (por não problematizar os cursos, por não desenvolver a iniciativa crítica do estudante e por não formar profissionais que atendessem à realidade nacional e regional do país); social (por formar profissionais individualistas, que em nada contribuía para o avanço do progresso e do desenvolvimento do país).

## **OS ANOS INICIAIS DA DITADURA MILITAR (1964-1968)**

A década de 1960 representou um período de muitas ações e manifestações com vistas às mudanças no sistema educacional do Brasil. A reforma do ensino superior brasileiro ocorrida em 1968 teve como antecedente um significativo movimento de estudantes e de professores, que desde o início da década de 1960, vinham se mobilizando para imprimir novos rumos na incipiente vida acadêmica nacional. O Movimento Estudantil realizou durante este período, como já vimos acima, seminários sobre a Reforma Universitária, nos quais criticavam o caráter elitista da universidade, denunciavam a existência do regime de cátedra vitalícia, indicando a necessidade de realização de concursos públicos para a admissão de professores e lutavam por currículos atualizados e pela ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados.

Foi dentro deste cenário que o golpe militar ganhou forma e liderança em abril de 1964. O governo João Goulart propunha as chamadas Reformas de Base – com destaque para a Reforma Agrária – que repercutiram em todo o país, principalmente, depois de um comício realizado no dia 13 de março de 1964, na estação ferroviária Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro. Jango anunciou em seu discurso o comprometimento com a realização das tais



reformas, e segundo muitos historiadores, foi esse evento o marco inicial para uma reação política que derrubaria o governo e encerraria a experiência democrática que o país vinha vivendo desde 1945.

Em resposta a esse comício, os setores conservadores organizaram em diversas cidades do Brasil as denominadas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. A primeira destas foi organizada em São Paulo no dia 19 de março, reunindo aproximadamente quinhentas mil pessoas pelas ruas do Estado. No dia 2 de abril, cerca de um milhão de pessoas estiveram presente na marcha realizada no Rio de Janeiro, revelando assim a força de setores médio da sociedade civil contrários as Reformas de Base.

O primeiro presidente deste novo período autoritário no Brasil foi o general Castelo Branco, que promulgou poucos dias após o golpe o Ato Institucional número 1, dando início as cassações de parlamentares e a suspensão de direitos políticos. Posteriormente, mais quatro Atos Institucionais foram editados e acarretaram inúmeras mudanças na sociedade e, conseqüentemente, no dia-a-dia da população e, inclusive, dos políticos, tais como: eleição indireta para presidente da República; dissolução de todos os partidos políticos; estabelecimento de eleições indiretas para governador e vice-governador e que os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, com aprovação das assembléias legislativas; a cassação dos mandatos legislativos acirrou-se, bem como, a suspensão dos direitos políticos; estipulação de um sistema bipartidário, composto pela ARENA e pelo MDB; etc.

Mas foi o AI-5 que representou um significativo endurecimento do Regime Militar. Editado no dia 13 de dezembro de 1968, este ato incluía a proibição de manifestações de natureza política, além de vetar o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional (ou seja, crimes políticos). Além disso, o Ato Institucional número 5 concedia ao Presidente da República enormes poderes, como por exemplo: fechar o Congresso Nacional; demitir, remover ou aposentar quaisquer funcionários públicos; cassar mandatos parlamentares; suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa; decretar estado de sítio; estipular que os crimes políticos por tribunais militares, etc. Esse período foi marcado pela ação das forças opressoras oriundas do governo militar, contrárias a qualquer manifestação que ameaçasse as idéias e a política vigente.

Redigido pelo Presidente Artur da Costa e Silva, o AI-5 veio em resposta ao episódio do discurso do então deputado Márcio Moreira Alves pedindo ao povo brasileiro que boicotasse as festividades do dia 7 de setembro daquele ano. Este se destacou como um

importante instrumento de poder que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano. Foi também em 1968 que os resultados econômicos do golpe começaram a aparecer, havendo um acentuado crescimento econômico, cujo ápice foi o chamado milagre brasileiro, entre os anos de 1970 e 1973, acompanhado de muita repressão política e propaganda ideológica.

A questão da educação a partir de 1968 aparece enquanto um fator de desenvolvimento. Apesar da recuperação econômica ter se iniciado já em 1964, havia uma forte pressão demandando transformações na educação, em especial, as do ensino superior, provocando o agravamento da crise do sistema educacional que já se arrastava desde os anos 1960. Como já vimos, a reforma do ensino superior neste período foi compreendida como um ponto de partida na luta por uma melhor qualidade no ensino superior, mediante o contato da UNE com propostas já amplamente debatidas nos países que compunham a América Latina, durante o Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado na Bahia. Nos anos seguintes, uma série de novos encontros e seminários, debatendo o tema, seria organizada pela UNE: o I, II e III Seminário Nacional de Reforma Universitária.

Por outro lado, enquanto a UNE e as entidades estudantis ingressavam na campanha da Reforma Universitária, o Congresso Nacional discutia e aprovava, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A LDB foi integralmente condenada pela UNE, cujas ações que tentaram impedir a sua promulgação de nada adiantaram. Como forma de reivindicação, a UNE organizou uma grande ação, no ano de 1962, organizando a greve do 1/3, que paralisou 40 universidades no Brasil sendo 23 federais, 14 particulares e três estaduais. Porém, a desarmonia entre estudantes e Estado foi especialmente forte durante o governo de Castelo Branco, quando, diante das arbitrariedades do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, aqueles se reorganizaram em reação ao avanço do autoritarismo tecnocrático nas instituições de ensino superior.

Foi também durante o ano de 1964 que a ditadura militar incendiou a sede da UNE, como forma de intimidação, e também invadiu as instalações da Faculdade Nacional de Direito, apreendendo documentos e acervos históricos do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, que versavam sobre as atividades da UNE. Mediante a esses acontecimentos, a UNE desafiando as proibições e ameaças do governo militar, a partir de 1966, passou a realizar de forma clandestina seus congressos. E no ano de 1968, integrou-se a uma onda mundial de

protestos estudantis, ocupando no Brasil um papel de destaque nas grandes manifestações populares contra a Ditadura Militar.

No que tange à política universitária, os governos militares nos anos 1960 celebraram os Acordos MEC-USAID, assinados entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional). Diante de um novo convênio assinado entre o MEC e a USAID, de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, as discussões estudantis retomaram, em 1967, com ainda mais críticas a esse projeto. No mês de março, a UNE tentou realizar um seminário em Niterói para organizar campanhas contra ele, mas as fronteiras do Rio de Janeiro foram fechadas para inviabilizar o encontro. A política de privatização e os fatores oriundos desses acordos tinham dois sentidos: estabelecimento do ensino pago e o direcionamento da formação educacional dos jovens para o atendimento das necessidades econômicas das empresas capitalistas.

Segundo o sociólogo Carlos Benedito Martins, *desde o final dos anos de 1960 até a década de 1970, a expansão do setor privado laico ocorreu basicamente através da proliferação de estabelecimentos de ensino isolados de pequeno porte*<sup>39</sup>. Para o autor, um novo ensino superior privado surgiu enquanto consequência direta da Reforma Universitária de 1968. Aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº. 5540 estipulou a divisão em departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico, possibilitou a profissionalização dos docentes, criou condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país, dentre outras inovações.

Enquanto isso, a expansão do setor privado deveu-se a intensa pressão pelo aumento de vagas, que logo após 1968, se tornava cada vez mais forte, isso porque as modificações ocorridas nas universidades federais não conseguiram ampliar satisfatoriamente as matrículas para atender essa crescente demanda por acesso. O resultado, como já apontamos, foi a criação de inúmeras faculdades isoladas nas regiões onde havia maior carência, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos.

---

<sup>39</sup> MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Página: 23.

Apesar do aumento do número de instituições privadas, o Brasil viveu mudanças positivas no ensino superior com a aprovação da Lei da Reforma Universitária, dentre as quais podemos citar: modernização de parte das universidades federais e até mesmo estaduais; articulação das atividades de ensino com a pesquisa; introduziu-se o regime departamental; institucionalizou-se a carreira acadêmica; criou-se uma política nacional de pós-graduação, etc. Mas do ponto de vista das reivindicações estudantis, a principal mudança veio através da abolição das cátedras vitalícias, que era um dos pontos mais importantes apontados nas discussões presentes na década de 60.

Como vimos, os anos 60 foram marcados por um intenso movimento visando à reforma do sistema universitário brasileiro, no qual o Movimento Estudantil destacava-se como ator fundamental. Além disso, os universitários contaram com a inserção de docente e pesquisadores nessa mobilização. As reivindicações que giravam em torno da Reforma Universitária, que viria a ser aprovada pelo Regime Militar em 1968, criticavam o caráter elitista do ensino brasileiro, denunciando igualmente a existência do regime de cátedra vitalícia; indicavam a necessidade de realização de concursos públicos para a admissão de professores e lutava por currículos atualizados e pela ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados.

O que se viu posteriormente a instauração do Regime Ditatorial foi o desencadeamento de medidas repressivas por parte dos novos governantes, com relação ao Movimento Estudantil, bem como estreita vigilância dos docentes. Tais ações se combinaram com novas propostas de modernização e de expansão do ensino superior. Em relação à repressão merecem destaque: o decreto 4.464/64, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE); o decreto 228/67, que limitou a existência de organizações estudantis ao âmbito estrito de cada universidade; o decreto 477/69, que impôs severas punições aos estudantes, professores ou funcionários que desenvolvessem atividades consideradas hostis ao regime militar, com a criação, no interior do MEC, de uma divisão de segurança e informação para fiscalizar as atividades políticas de professores e estudantes nas instituições públicas<sup>40</sup>.

Houve também aposentadorias compulsórias de professores considerados nocivos ao Regime Militar em várias universidades. Isso porque mesmo após o golpe em 64, ainda se fazia presente no dia-a-dia dos estudantes e professores uma grande insatisfação com a estrutura universitária em vigor. A falta de vagas nas universidades públicas brasileiras para

---

<sup>40</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUF RJ, 1995. Página: 39.

absorver os estudantes aprovados nos vestibulares era mais um ponto de tensão entre os universitários e o governo militar. Segundo Martins, *diante desse quadro, o governo militar se sentiu pressionado a formular uma política para a reestruturação do ensino superior*<sup>41</sup>. Os estudantes não só se manifestavam em favor da restauração da democracia, mas permaneciam pressionando o governo militar por uma reestruturação e expansão do ensino superior.

Surgiu assim a Reforma Universitária de 1968, onde o *novo* ensino superior privado com características empresariais ganhou espaço cada vez maior, na medida em que as universidades públicas, principalmente as federais não conseguiram atender à crescente demanda de acesso. Além disso, a Reforma Universitária provocou uma crescente desvalorização dos cursos da área humana em favorecimento dos cursos da área de exatas. Revelando assim uma transformação que ao atender parte das demandas estudantis da década de 60, criou espaço para um novo modelo de universidade, tanto pública quanto privada, voltada para o campo empresarial e econômico do país. Reprendendo discussões tanto do ponto de vista acadêmico e universitário, mas, sobretudo, aquelas voltadas para a crítica dura ao próprio Regime Militar, os estudantes vivenciaram momentos difíceis não somente nos aspectos educacionais, mas de liberdade e de expressão no dia-a-dia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos fazer, no presente trabalho, um pequeno histórico do Movimento Estudantil brasileiro e seu papel durante o governo João Goulart e nos anos iniciais da ditadura, no que tange à questão da educação e da Reforma Universitária. Pudemos perceber que o ME e as universidades em si tiveram alguns ganhos com as medidas da Reforma Universitária, implementada em 1968. Como vimos, alguns procedimentos extremamente burocráticos foram extintos ou adequados, mas a universidade perdeu um pouco sua essência de discussões científicas, políticas e sociais, tornando-se altamente tecnocrática, ou seja, com perfil empresarial.

Sendo assim, destacamos que houve uma desvalorização, por exemplo, dos cursos da área de humanidades e a alta valorização, por outro lado, dos cursos tecnológicos. Também observamos a desvalorização da universidade frente à sociedade. Com acesso difícil e restrito

---

<sup>41</sup> MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Página: 19.

e pouca participação nas questões sociais, a sociedade vê a universidade, principalmente a pública, como algo inalcançável. Isso porque, como apontavam os estudantes, a universidade não conseguia atender a demanda por vagas dos alunos aprovados nos vestibulares.

Além disso, buscamos analisar as posições do Movimento Estudantil brasileiro nos anos 1960, sobretudo em 1968, quanto às transformações sofridas pelo ensino superior e a relação entre universidade, sociedade e o setor privado. A mobilização de estudantes nos anos 1960 mostrou sua habilidade em pensar a estrutura pedagógica e de ensino como elementos a serviço da própria sociedade, não meramente como técnicas de adaptação das transformações socioeconômicas.

## BIBLIOGRAFIA

### OBRAS DE CARÁTER TEÓRICO METODOLÓGICO

FERREIRA, M. M. *A nova “velha história”: o retorno da história política* in Revista Estudos Históricos, 1992, Volume 5, Número 10. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937/1076>

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *Documento/monumento* in \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990. pp 535 – 549.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Pierre. *Pode-se fazer uma história do presente* in CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

### OBRAS COM ENFOQUE NA POLÍTICA EDUCACIONAL

ALVES, M. M. *Beabá dos MEC-Usaid*. Rio de Janeiro: Gernassa, 1968. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/perly/livros/resistencia/marcio\\_alves\\_beaba\\_mec\\_usaid.pdf](http://www.dhnet.org.br/perly/livros/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf)

ARAPIRACA, J. O. *A USAID e a educação brasileira*. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1982.

BARROS, César Mangolin de. *Ensino Superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (décadas de 1960/70)*. Disponível em: <http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/mangolin-ensino-superior-e-sociedade-brasileira-dissertacao-de-mestrado-2007.pdf>

BOMENY, Helena. *A Reforma Universitária de 1968: 25 anos depois*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm)

CAMPOS, Marcello de Moura. *A recente Reforma Universitária no Brasil* in *Problemas Brasileiros*, Ano XVI, nº 180, outubro de 1979, pp.19 - 25.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma Universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino privado no Brasil (1964-1981)*. Dissertação (mestrado em economia), Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002.

CUNHA, L. A. *A Expansão do Ensino Superior: Causas e Conseqüências*. *Debate e Crítica*, n. 5, p. 27-58, 1975.

\_\_\_\_\_.; GOES, Moacyr de. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. *A universidade reformada. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. *O milagre brasileiro e a política educacional*. *Argumento*, n.2, Nov. 1973.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. *Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>

\_\_\_\_\_. *Universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. *Vinte e cinco anos de Reforma Universitária: um balanço* in MOROSINI, M. C. (Orgs.) *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez, 1994. pp 149 - 177.

FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

\_\_\_\_\_. *Os dilemas da Reforma Universitária consentida*. *Debate e Crítica*. São Paulo, n. 2, pp. 1-42, jan./jun. 1974.



FERREIRA, M. M. (Orgs.). *João Goulart. Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FRAGA, Manuel Dias da e Siano, Lúcia Maria França. *A idéia de universidade na Reforma Universitária de 1968*. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991. pp 155-71.

GARCIA, Miliandre. *A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)*. São Paulo: Rev. Bras. Hist., vol.24, n. 47, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100006&script=sci_arttext)

MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964 – 1965*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do Regime Militar*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>

SILVEIRA, Zuleide Simas da. *Educação profissional no Brasil: da industrialização ao século XXI*. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0109.html>

SOUZA, M. I. S. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

## **OBRAS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL**

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

\_\_\_\_\_. *Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970* in FICO, Carlos; FERREIRA, M. M.; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.

FERRER, Eliete (Orgs.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/informacao-e-comunicacao/eventos/direito-a-memoria-e-a-verdade/workshop-memoria-e-verdade/subsidios-distribuidos-aos-participantes/livro-2>

GARCIA, Miliandre. *A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE)*. São Paulo: Rev. Bras. Hist., vol.24, n. 47, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100006&script=sci_arttext)

GROPPO, L. A. *Uma onda mundial de revoltas – movimentos estudantis de 1968*. São Paulo: Fapesp; Piracicaba: Unimep, 2005.

GURGEL, A. de P. *A rebelião dos estudantes*. Brasília: UNB, 2002.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião estudantil: 1968: México, França e Brasil*. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Movimento Estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papyrus, 1987.

MENDES JR., A. *Movimento Estudantil no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do Movimento Estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública. (1969-1979)*. Disponível em: [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../2010\\_AngelicaMuller\\_1.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../2010_AngelicaMuller_1.pdf)

PEIXOTO, Fernando. *O melhor do teatro do CPC da UNE*. São Paulo: Global, 1989, pp.128.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *A Reforma Educacional da UNE nos anos 60* in SILVA, Zélia Lopes da. (Orgs.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. pp.140.

PELLICCIOTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1997.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Alagoas: Editora UFAL, 2005.

SANTOS, N. et al. *História da UNE*. São Paulo: Livramento, 1980.

VALLE, M. R. do. *O diálogo é a violência – Movimento Estudantil e ditadura militar*. Campinas: Unicamp, 1999.

## **OBRAS GERAIS SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL**

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A ditadura militar em tempo de transição* in MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.) *Democracia e ditadura no Brasil*. Coleção Comenius. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

COUTO, R. C. *História indiscreta da ditadura e abertura. Brasil: 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. *Memória viva do Regime Militar – Brasil: 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura; Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.4.

FERREIRA, M. M. *1968 au Brésil*. Vingtième Siècle Revue d'histoire. Paris: SciencesPo. Les Presses, n 105. pp 169 – 183.

FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *1968: 40 anos depois: história e memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA* in FICO, Carlos; FERREIRA, M. M.; ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

\_\_\_\_\_. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MACIEL, L. C. *Anos 60*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/FilhoJoaoRobertoMartins.pdf>

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *O golpe de 1964 e o Regime Militar; novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.

REIS, D. A. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_.; MORAES, Pedro de. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

## **VERBETES DO DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO**

Acordo MEC-USAID

Atos Institucionais

Centro Popular de Cultura

Darcy Ribeiro (Ministro da Educação 1962 – 1963)

Flávio Suplicy de Lacerda (Ministro da Educação 1964 – 1966)

João Goulart (Presidente do Brasil 1961 – 1964)

Júlio Furquim Sambaqui (Ministro da Educação 1963 – 1964)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei Suplicy (Lei nº 4.464/64)

Reformas de Base

Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68)

União Nacional dos Estudantes

## **BOLETIM DE HISTÓRIA (1958-1963) DO CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA FNFi**

Ano I Número 1 (Outubro a Dezembro de 1958)

Ano I Números 2 e 3 (Janeiro a Março e Abril a Junho de 1959)

Ano I Número 4 e Ano II Número 5 (Julho a Setembro e Outubro a Dezembro de 1959)

Ano III Número 6 (Janeiro a Junho de 1961)

Ano V Números 7 (Agosto de 1963)